



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
30ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 17/03/2016
Hora: 14h30
Local: SAUS, Q. 1, Bl. H, Edifício Telemundi II - Auditório Térreo - Brasília/DF

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO.

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Gilberto Kassab – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães Secretária Nacional Habitação - Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

2 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI:

Alexandra Silva Vieira – Titular

Junta-se ao proc.
nº 80000.004263/2016-01.

Alexandre Teixeira da Silva
Gerente de Projeto
Secretaria Nacional de Habitação
Ministério das Cidades

17
03
16

30ª R.O. CGFNHIS - 17 MAR 2016
Lista de frequência



Alfredo da Costa Pereira - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:

Isadora Tami Lemos Tsukumo - Titular

Renato Schattan - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

Camila Salvador Cipriano - Titular



Rafael D'Aquino Mafra - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:



Juraci Campos de Lima Rangel - Titular



Gustavo Alves Tillmann - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:



Cléber Ávila Ferreira - Titular

Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:



Nerivalda de Carvalho Ribeiro - Titular



Joaquina Dias Tanure - Suplente

8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:

Leila Kuhnert Campos - Titular



Ana Luísa Borges Leal - Suplente

9 – Ministério da Saúde - MS:

no saluário

Tereza Cristina Sepúlveda Alcântara - Titular

Selma Irene Antônio - Suplente

10 – Ministério do Trabalho e Previdência Social MTPS:

Roberto

Roberto Marinho Alves da Silva - Titular

Maria Cristianna Barradas Carneiro - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:

Deusdina dos Reis Pereira - Titular



Jucemar José Imperatori - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:

Walter da Silva Monteiro - Titular

Luís Gonzaga da Silva - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:

João Pereira Oliveira Júnior - Titular

Daniel dos Santos - Suplente

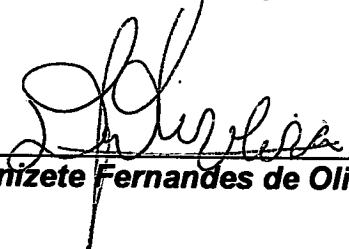
14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM:

Edymar Fernandes Cintra - Titular



José Francisco Diniz - Suplente

15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:



Donizete Fernandes de Oliveira - Titular

Vidal Barbosa da Silva - Suplente

16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:



Elson Ribeiro e Povoá - Titular



Luís Fernando Meló Mendes - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC:

Calil Cherem Netto – Titular



Fernando Pinho da Costa - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:


José da Silva Aguiar - Titular

Filipe Ferrez Pontual Machado - Suplente

19 – Federação Nacional dos Urbanitários – FNU:

Pedro Tabajara Blóis Rosário – Titular


Gilvana Maria Nolêto Barros da Silva - Suplente

20 – Federação Nacional dos Engenheiros - FNE:


José Ailton Ferreira Pacheco – Titular



Antônio Ciro Bovo – Suplente

21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Andréa dos Santos'.

Andréa dos Santos - Titular

Vinícius Bezerra de Moraes Galindo - Suplente

22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR:

Élson Manoel Pereira – Titular

Benny Schasberg - Suplente

23 – HABITAT para Humanidade Brasil:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Socorro de Paula Barbosa Rodrigues Leite'.

Socorro de Paula Barbosa Rodrigues Leite – Titular



Marta Silêda Rebouças da Costa – Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

João Cláudio Klautau Guimarães
Associação Brasileira de CÔHABs e Agentes Públicos de Habitação - ABC

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

Anderson José Rodrigues
Frente Nacional de Prefeitos

3) SETOR PÚBLICO ESTADUAL

Abel Ferreira Leite Neto
Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Habitação e Desenvolvimento Urbano



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação
CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CGFNHIS, REALIZADA EM 17/03/2016

1 Aos 17 (dezesete) dias do mês de março do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às quinze
2 horas e dez minutos, no auditório do Ministério das Cidades, localizado no SAUS, Quadra 1,
3 Bloco H, Edifício Telemundi II, Brasília, Distrito Federal, sob a presidência da **Sra. Inês da**
4 **Silva Magalhães**, Secretária Nacional de Habitação e Vice-Presidente do CGFNHIS, e
5 secretariada pelo **Sr. Nelson Teixeira da Silva**, servidor da Secretaria Nacional de Habitação
6 – SNH/MCidades teve início a 30ª (trigésima) Reunião Ordinária do Conselho Gestor do
7 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS, com a presença dos seguintes
8 Conselheiros: **Sra. Inês da Silva Magalhães**, pelo Ministério das Cidades – MCIDADES; **Sr.**
9 **Rafael D’Aquino Mafra**, Suplente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
10 Fome – MDS; **Sra. Juraci Campos de Lima Rangel**, Titular pelo Ministério da Fazenda –
11 MF; **Sr. Cléber Ávila Ferreira**, Titular pelo Ministério da Integração Nacional – MI; **Sra.**
12 **Nerivalda de Carvalho Ribeiro**, Titular e **Sra. Joana Dias Tanure**, Suplente pelo
13 Ministério do Meio Ambiente – MMA; **Sra. Tereza Cristina Sepúlveda Alcântara**, Titular
14 pelo Ministério da Saúde – MS; **Sr. Roberto Marinho Alves da Silva**, Titular do Ministério
15 do Trabalho e Previdência Social – MTPS; **Sr. Jucemar José Imperatori**, Suplente pela
16 Caixa Econômica Federal – CEF; **Sr. João Pereira Oliveira Júnior**, Titular pela
17 Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Sra. Edymar Fernandes**
18 **Cintra**, Titular pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **Sr. Donizete**
19 **Fernandes de Oliveira**, Titular pela União Nacional por Moradia Popular – UNMP; **Sr.**
20 **Elson Ribeiro e Pova**, Titular e **Sr. Luís Fernando Melo Mendes**, Suplente pela
21 Confederação Nacional da Indústria – CNI; **Sr. José da Silva Aguiar**, Suplente pela
22 Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; **Sra. Gilvana Maria Nolêto**
23 **Barros da Silva**, Suplente pela Federação Nacional dos Urbanitários – FNU; **Sr. José Ailton**
24 **Ferreira Pacheco**, Titular pela Federação Nacional dos Engenheiros – FNE; **Sra. Andréa**
25 **dos Santos**, Titular pela Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA; **Sra. Socorro**
26 **de Paula Barbosa Rodrigues Leite**, Titular pelo HABITAT para Humanidade Brasil.
27 Entidades convidadas: **Sr. João Cláudio Klautau Guimarães**, pela Associação Brasileira de

28 COHABs e Agentes Públicos de Habitação – ABC; **Sr. Alex Machado**, Gestor Financeiro e
29 Gerência de Gestão da SNH/MCIDADES; **Sr. Edson Leite**, Analista de Infraestrutura –
30 DICT/MCidades; **Sra. Monique Toledo Salgado**, Assessora Técnica do Departamento de
31 Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica – MCidades. A 30ª (trigésima) Reunião
32 do CGFNHIS destinou-se à apreciação e deliberação da seguinte pauta: **ITEM I. Assuntos**
33 **para deliberação: I.1.** Ata da 29ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS,
34 realizada em 30 de junho de 2015; **I.2.** Voto nº 01/SNH/MCidades – Submete à apreciação do
35 Conselho Gestor as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS),
36 referentes ao exercício de 2015, na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado ao
37 Tribunal de Contas da União; **ITEM II. Assuntos Gerais.** Havendo quórum regimental, a
38 **Sra. Inês da Silva Magalhães**, CGFNHIS/ SNH, cumprimentando e agradecendo a todos os
39 presentes, declarou aberta a assembleia. A seguir, foi cedida a palavra ao **Sr. Nelson**
40 **Teixeira**, SNH, que deu continuação aos trabalhos. Havendo cumprimentado os presentes,
41 registrou o nome dos novos Conselheiros do CGFNHIS – titulares e suplentes, presentes e
42 não presentes à Assembleia –, quais sejam: MCTI – Alexandra Silva Vieira e Alfredo da
43 Costa Pereira Júnior; MinC – Isadora Tami Lemos Tsukumo e Renato Schattan; MMA –
44 Nerivalda de Carvalho Ribeiro e Joana Dias Tanure; MNLM, Edymar Fernandes Cintra e José
45 Francisco Diniz; CNI – Elson Ribeiro e Povia e Luís Fernando Melo Mendes; FNU –
46 Gilvana Maria Nolêto Barros da Silva. Na sequência, o Sr. Nelson Teixeira apresentou a pauta
47 da reunião passando-se, de imediato, à apreciação e deliberação do **Subitem I.1** da pauta. Foi
48 perguntado se havia necessidade da leitura da Ata, uma vez que alguns dos novos
49 Conselheiros não participaram da 29ª Reunião do CGFNHIS, realizada em 30 de junho de
50 2015, que foi dispensada. A **Sra. Andréa dos Santos**, FNA, solicitou que constasse da ata,
51 em apreciação, o nome Conselheiro Suplente da FNA que, à época, participara da reunião
52 como ouvinte. O **Sr. Nelson Teixeira** endossou a solicitação da Conselheira da FNA para que
53 fosse registrado, na referida ata, ainda que em condição pretérita, que no dia 30 de junho de
54 2015, a 29ª Reunião Ordinária do CGFNHIS contou com a participação do já indicado
55 suplente da FNA, Sr. Vinícius Bezerra de Moraes Galindo, que viria a ser nomeado no dia 1º
56 de junho, um dia após a reunião. Não havendo mais quem desejasse fazer observações e
57 havendo sido colocada em regime de votação, foi APROVADA por unanimidade do
58 Conselho a Ata da 29ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 30 de
59 junho de 2015. Passou-se, a seguir, ao **Subitem I.2** da pauta. Para o relato do Voto nº
60 01/SNH/MCidades, que submete à apreciação do Conselho Gestor as contas do Fundo
61 Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), exercício de 2015, contou-se com a
62 colaboração de Alex Machado, Gestor Financeiro/SNH; Alessandra Vieira, Diretora do

63 Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários (DUAP/SNH) e Edson Leite,
64 Analista de Infraestrutura e Monique Toledo Salgado, Assessora Técnica – ambos do
65 Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica (DICT/SNH). O Sr.
66 **Alex Machado** iniciou a apresentação do Relatório de Gestão apresentando, de forma
67 resumida, os números gerais da Execução Orçamentária e Financeira do FNHIS/2015, a
68 saber: LOA FINAL – R\$ 181.648.917,00, dos quais foram empenhados R\$ 69.543.723,10 e
69 R\$ 7.410.972,37 foram pagos (OGU); RESP (resto a pagar) R\$ 74.304.443,74. Informou que
70 o referido Relatório fora previamente enviado aos conselheiros para apreciação e que o
71 mesmo, com base na Constituição, deverá ser submetido ao TCU para análise. Ressaltou
72 ainda a importância da participação dos conselheiros com relação à reflexão das ações, da
73 política como um todo; a efetiva atuação dos vários conselhos, a exemplo do Conselho da
74 Saúde, do Movimento dos Médicos que são bastantes atuantes e organizados; que houve uma
75 baixa execução; houve um pequeno empenho. A Sra. **Alessandra Silva Vieira**, no uso de sua
76 fala, apresentou-se como diretora do Departamento de Urbanização responsável pela gestão
77 dos contratos da Produção Habitacional por meio do FNHIS, dos planos habitacionais e das
78 assistências técnicas. A seguir, discorreu, resumidamente, sobre o Relatório de Gestão: (i)
79 Estrutura atual do Plano Plurianual (PPA): Programa, Objetivos e Ações; (ii) todos os
80 programas da Secretaria Nacional de Habitação são responsáveis pela gestão e elaboração de
81 diretrizes e normas para execução do Programa Moradia Digna; (iii) no aludido Relatório de
82 Gestão, são tratadas as análises da SNH no âmbito da Unidade Gestora (UG) 560015 do
83 FNHIS. OBJETIVOS PPA – o FNHIS aloca recursos em 4 Objetivos do Programa de
84 Governo 2049 – Programa Moradia Digna, constante do Plano Plurianual (PPA 2012-2015):
85 (i) **Objetivo 0382** – “Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em
86 assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e
87 fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de
88 habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e
89 inclusão socioambiental”; Ação 10S6 (UAP) – “Apoio à Melhoria das Condições de
90 Habitabilidade de Assentamentos Precários”; (ii) **Objetivo 0383** – “Ampliar por meio de
91 produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada,
92 priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de
93 provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a
94 implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida” – Ação 10SJ – “Apoio à provisão
95 habitacional de interesse social, contemplando as modalidades PSM – Apoio à Produção
96 Social da Moradia e AT – Assistência Técnica para Habitação de Interesse *Social*”; tem a
97 execução tanto por ente público quanto por movimento social; (iii) **Objetivo 0385** –

98 “Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação
99 de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de
100 descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle
101 social”.; (iv) **Objetivo 0756** – “Promover a qualidade da inserção urbana dos
102 empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das
103 famílias beneficiadas por programas habitacionais”. Desafios/2015 em relação à gestão dos
104 empreendimentos: (i) “Lidar com as questões de contingenciamento e restrição financeira; (ii)
105 se adaptar à conjuntura econômica do novo cenário”. **Desempenho Operacional/PAC:** (i)
106 carteira FNHIS/PAC – contingenciamento e defasagem de valores dos contratos antigos que
107 resultam em repactuação, redução de metas e finalização dos contratos; (ii) “Em 2015, foi
108 editada a Portaria nº 632, de caráter transitório, que tem por finalidade restringir a
109 homologação das SPA relativas a termos de compromissos inseridos no PAC – início de obra
110 e início de etapa” – as medidas tiveram por objetivo controlar a demanda por recursos da
111 União, dadas as dificuldades de pagamento às medições de obras e serviços aferidas dos
112 empreendimentos em andamento; tal restrição não alcançou os termos firmados com a
113 finalidade de conclusão das obras remanescentes do Banco Morada”; o Banco Morada faliu e
114 as obras no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foram concluídas pelas
115 ações orçamentárias do FNHIS. Cancelamentos e finalizações de obras – Desempenho
116 Operacional – Urbanização PAC 1: (i) Seleção de 2007/2008/2009: das 353 operações
117 selecionadas, 92 estão canceladas (22%); (ii) no exercício 2015: 1 operação cancelada –
118 Urbanização – Av. Tamandaré, em Manacapuru/AM – R\$ 10,9 milhões; (iii) houve,
119 anteriormente, cancelamento de operações por descumprimento de prazos para apresentação
120 de projetos e documentos, início das obras ou, ainda, em razão de um longo tempo de
121 paralisação; (iv) permanecem ativas 261 operações – 78% do total, que corresponde a
122 investimentos da ordem de R\$ 2,3 bilhões; (v) foram concluídas 23 operações – um
123 crescimento de 52%; mais 7 operações tiveram obras concluídas; nesses casos restam
124 pendentes a serem consideradas como operações concluídas ações de regularização fundiária
125 e trabalho social; conclusão entre obra física e conclusão geral de 30 operações.
126 Conclusões/2014, 44 obras. Conclusões/2015, 67 obras. **Desempenho Operacional –**
127 **Urbanização PAC 2:** (i) 2010/FNHIS – 22% dos recursos selecionados foram cancelados;
128 (ii) restando 78%, que correspondem a aproximadamente R\$ 1,23 bilhões em investimentos
129 distribuídos entre 146 operações ativas; (iii) 2015 – conclusão de 3 operações, o início de
130 outras 3 e o cancelamento de 6 operações; (iv) 92% das operações encontra-se em execução;
131 (v) MCMV vinculado: 6.464 UH aguardam retomada das contratações no Programa; dessas:
132 228 estão aptas a contratação; 1.588 contratam em 2016; 3 operações com SPA homologada e

133 sem autorização de AIO para novas etapas, investimento de R\$ 35,3 milhões (valor das etapas
134 de R\$ 2,4 milhões). **Desempenho Operacional – Urbanização NÃO-PAC:** (i) não houve
135 contratação em 2015; (ii) há baixa procura em relação a investimentos por meio de emenda
136 parlamentar para o FNHIS; (iii) o número de operações concluídas subiu de 37 para 60 (de
137 8% para 25% do investimento) e perfaz o montante de R\$ 197,87 milhões; (iv) permanecem
138 em execução 75 operações que correspondem a 61% dos investimentos; (v) obra de
139 urbanização concluídas em 2015 – Ação 10S6 UAP: Jundiaí/SP – Urbanização Parque
140 Centenário. **Desempenho Operacional – Habitação de Interesse Social/PAC 1:** (i)
141 PMCMV – houve defasagem em relação a valores; obra em andamento com correção de
142 metas ou concluindo; (ii) seleções 2007/2008 – há um esforço para a conclusão das obras; (iii)
143 2015 – o número de operações canceladas passou a 47 no total; das operações selecionadas na
144 primeira fase do PAC, 53% foram canceladas; 38% dos recursos foram cancelados, restando
145 aproximadamente R\$ 858,36 milhões de investimento em 967 operações ativas; acréscimo de
146 17% de operações concluídas, alterando de 660 em 2014 para 771 em 2015; as operações
147 concluídas correspondem a 68% de todas as operações ativas; 33 operações cujas obras
148 encontram-se concluídas; os termos não foram encerrados, pois restam pendentes ações
149 complementares de trabalho social e regularização fundiária para prestação de contas final;
150 (iv) cancelamentos/2014, 1042 operações; cancelamentos/2015, 1089 operações; (v) 36% dos
151 recursos foram cancelados, percentual superior ao exercício 2014; das 67 operações
152 canceladas, 40 são para a conclusão das obras remanescentes dos contratos firmados pelo
153 Banco Morada S/A; 27 operações são da modalidade Estudos, Planos e Projetos, e foram
154 canceladas em função do encerramento do prazo para início de execução; em 2015, verificou-
155 se a conclusão de 2 operações e o acumulado corresponde a 4% das operações ativas; (vi)
156 uma parcela relevante dos contratos encontra-se em ação preparatória em decorrência das
157 recentes formalizações dos termos de compromissos referentes ao Banco Morada; ao final do
158 exercício 2015, havia 22 operações em execução que, juntas, possuem valor de investimento
159 de R\$ 14,32 milhões; (vii) Banco Morada: 74 operações ativas, totalizando R\$ 102,1 milhões
160 de investimento; 6 obtiveram AIO em 2015, investimento de R\$ 5,94 milhões; 3 obtiveram
161 homologação de SPA, investimento de R\$ 5,89 milhões. **Desempenho Operacional –**
162 **Habitação de Interesse Social NÃO PAC:** (i) não houve contratação em 2015; (ii) 40% das
163 operações ativas estão em execução, investimento de R\$ 79,90 milhões; (iii) o total de
164 operações concluídas subiu de 85 para 118, sendo o investimento concluído de R\$ 83,12
165 milhões (50%) do valor total de investimento; (iv) obra de provisão habitacional concluída em
166 2015 – Ação 10S6 UAP – Ribeirão Preto/SP – Rua André Ricciardi; (v) obra de provisão
167 habitacional concluída em 2015 – Ação 10SJ HIS – Dois Córregos/SP – Provisão Bairro Laís

168 Casonato; (vi) Obra de provisão habitacional concluída em 2015 – Ação 10SJ HIS -
169 Surubim/PE – Provisão Sede do município. **Desempenho Operacional – FNHIS PAC 1 e 2**
170 **(Urbanização/HIS):** (i) 2014: UAP (+) HIS, 59% de execução; HIS, 77%; UAP, 53%; (ii)
171 2015: UAP, 58% (evolução de 5%). **Preocupações do CGFNHIS:** (i) envelhecimento da
172 carteira e dos valores defasados – há repactuações em relação à redução de meta; (ii)
173 restrições financeiras em termos orçamentários; (iii) repactuações de obras paralisadas – 75%
174 das paralizações são por questões técnicas – apresentação de projeto, orçamento; desistência
175 da empresa contrata, defasagem de valores e licitações antigas; questões ambientais;
176 demandas judiciais; titularidade de cartório; regularização fundiária. Feita a apresentação do
177 Relatório de Geração, a Sra. Alessandra Silva Vieira agradeceu colocando-se à disposição
178 para dirimir possíveis dúvidas. Na sequência, a **Sra. Inês da Silva Magalhães**, CGFNHIS,
179 consignou sua preocupação com relação a questões como: defasagem da carteira que
180 impactam as execuções do FNHIS; capacitação referente à assistência técnica; as obras
181 maiores por atraírem o interesse de empresas que consigam concluir as operações; o processo
182 de urbanização de grandes assentamentos, a exemplo de favelas com dimensões como
183 Paraisópolis, Alemão, Manguinhos. O **Sr. Elson Ribeiro e Povoá**, CNI, quis saber quais tipos
184 de problemas técnicos contribuem para a paralisação das obras. A Diretora do Departamento
185 de Urbanização, **Sra. Alessandra Vieira**, disse que há particularidades no FNHIS/PAC 2
186 quanto aos contratos com prefeituras de municípios pequenos com até 50, 100 mil habitantes.
187 Estas apresentam problemas institucionais com relação à execução orçamentária,
188 desenvolvimento e adequação de projetos, o que contribui para maiores exigências com
189 relação à liberação do recurso da União para estes municípios que não admite, por exemplo,
190 divergências entre a medição no momento da aprovação e a conferência pós-execução da obra
191 – o que implicará em reaprovação e/ou readequação do projeto e do orçamento, que exige um
192 nível técnico maior; do contrário, a liberação financeira é embargada; há embates fortes junto
193 aos órgãos de controle, agentes financeiros que exigem reprogramações dos contratos para
194 reajuste do orçamento. O **Sr. Nelson Teixeira** chamou a atenção para o fato de “ser o órgão
195 de controle que trava”, sugeriu reflexão e um possível diálogo com os órgãos de controle para
196 que haja maior flexibilização na fiscalização e liberação das obras – “A obra mais cara que
197 existe é a obra paralisada”, consignou. A **Sra. Alessandra Silva** disse que é permanente o
198 diálogo do DUAP/SNH com o TCU e com a CGU, especialmente no que concerne às
199 publicações e/ou alterações das normatizações vigentes. E acrescentou: o “controle” se faz
200 necessário e não é papel exclusivo dos órgãos de controle, mas de todos os gestores públicos
201 que se preocupam com as obras públicas; os enfrentamentos com relação a celeridade,
202 destravamento e manutenção do controle são árduos, porém constantes; nas obras do PAC

203 várias medidas foram tomadas, sem muito resultado, em termos de flexibilização, contudo,
204 com avanços significativos, a maioria em relação à abertura de tranches para reprogramação,
205 prestação de contas no intuito de dar fôlego e andamento às obras paralisadas. O Conselheiro
206 **Jucemar Imperatori**, CEF, no uso de sua fala, parabenizou a SHN e o Ministério das
207 Cidades pelo esforço com que vem vencendo as dificuldades concernentes às obras do FNHIS
208 e elogiou a Diretora do DUAP, Alessandra Viera, pela apresentação pormenorizada do
209 Relatório de Gestão; sugeriu, a título colaborativo, que se conste do Relatório de Gestão, em
210 todos os quadros, uma nota de rodapé qualificando e esclarecendo melhor as informações—
211 cita-se a tabela 2, página 16: “Isto se repete em todos os quadros; no item “concluídas”, por
212 exemplo, 12 e 23; tinham 12 em 14 e 23 em 15. Na primeira leitura dá para entender que em
213 15 foram concluídas 23 unidades, 23 empreendimentos; mas na verdade é acumulado. Então,
214 talvez falte aqui, na situação geral, ‘acumulado o estoque, o total’”. O Conselheiro **João**
215 **Pereira Oliveira Júnior**, CONAM, corroborou com as falas do Conselheiro da CEF e
216 chamou a atenção para os significativos números do Relatório de Gestão concernentes aos
217 cancelamentos e obras paralisadas em detrimento ao baixo percentual, 38%, de obras
218 executadas em 2015 e que a assistência técnica – ponto mais discutido na Assembleia –
219 merecia atenção especial, fazendo-se necessária maior flexibilização em algumas
220 circunstâncias. O Sr. **Nelson Teixeira** lembrou que o tema ‘capacitação e desenvolvimento
221 institucional’ seria retomado nas falas seguintes dos representantes do DICT/SNH – Edson
222 Leite e Monique Salgado. A Conselheira **Nerivalda de Carvalho Ribeiro**, MMA, consignou
223 sua participação como sendo a primeira no CGFNHIS e observou que no Relatório de Gestão,
224 ora em apreciação, além da ‘licença ambiental, não eram claramente citados os aspectos
225 ambientais relevantes ao favorecimento das obras e meio ambiente como um todo – cita-se a
226 regulação climática, diminuição da poluição do ar. O Conselheiro **Rafael D’Aquino Mafra**,
227 MDS, também corroborou com as falas anteriores, registrou sua primeira participação no
228 Conselho e fez observações a respeito da execução orçamentária. Suscitou dúvidas quanto ao
229 ‘valor empenando’ – quadro I do Relatório, página 14 – e qual seria o correlativo ‘valor
230 executado’, uma vez que o mesmo não fora especificado; informação, segundo ele,
231 imprescindível quando se trata de ‘eficiência do gasto e a eficácia do órgão’; e qual seria o
232 percentual referente à Ação 10SJ; questionou qual seria ‘o gasto’ e quais as ‘ações’ referentes
233 à assistência técnica; e mostrou preocupação com as ‘paralisações de obras por questões
234 técnicas’; sugeriu que se constasse dos próximos relatórios, de forma detalhada, informações
235 que evidenciem a aplicabilidade e destinação dos recursos – “*a gente tivesse essa noção da*
236 *focalização, dizer para onde esse recurso está indo*” – por meio de levantamento e
237 cruzamentos de dados do CadÚnico, do MDS e MCidades, de programas como Bolsa

238 Família, Minha Casa Minha Vida. A **Sra. Alessandra Vieira**, em respostas gerais, disse que:
239 (i) a Ação 10SJ se refere exclusivamente à produção do PMCMV/Faixa 1, e sua produção se
240 dá por entes públicos; o PMCMV não consta do aludido Relatório e sua produção se dá por
241 empresas/entidades; (ii) a focalização existe; há exigências de inserção – na urbanização e na
242 produção – no CadÚnico; trata-se das ações contidas no PAC, dos repasses a entes públicos;
243 (iii) a coluna “Pago, OGU, RESP” refere-se ao efetivo de liberação, que foi traduzido em
244 desempenho de obra, um percentual ainda muito baixo, o que não chega a ser preocupante por
245 haver ‘um colchão de empenho muito grande’, ‘muitos RESPs’ – um total de quase R\$ 670
246 milhões, se se somar todas as ações do FNHIS; (iv) em termos orçamentários, há certa
247 segurança para o término das obras, apesar do contingenciamento proposto para 2015/2016; a
248 preocupação atual se refere à velocidade do fluxo financeiro, que não impactou
249 significativamente na paralisação de obras, apesar das constantes reclamações pela
250 diminuição do ritmo, o que justifica o baixo percentual de execução de obras; (v) os manuais
251 do FNHIS, aprovados pelo CGFNHIS, trazem o detalhamento das questões de meio ambiente,
252 que não consta do Relatório de Gestão e dizem respeito exclusivamente à licença
253 ambiental/UAP, o que não deixa de ‘mitigar os impactos ambientais, uma vez que se retira
254 famílias de áreas de risco, de beira de córregos etc. **Sr. Nelson Teixeira** informou que o
255 MCidades disponibilizaria aos novos conselheiros o sítio eletrônico para acesso às resoluções
256 e manuais do CGFNHIS; solicitou aos conselheiros a leitura destes, uma vez que o PPA,
257 aprovado na assembleia de 30 junho passado, encontrava-se em fase de regulação e a
258 contribuição de todos se fazia imprescindível. A **Sra. Andrea Santos**, FNA, por sua vez,
259 havendo cumprimentado os presentes, teceu comentários corroborando com as falas
260 precedentes sobre os problemas relacionados ao contingenciamento, à assistência e
261 capacitação técnica; registrou sua preocupação com relação ao alto percentual de paralisações
262 de obras – 75% – que implica diretamente no prejuízo ao atendimento às famílias que devem
263 ser beneficiadas; chamou a atenção para o problema que os municípios enfrentam, que não
264 dispõem de profissionais capacitados da área de construção civil com *expertise* para
265 elaboração e aprovação dos projetos de arquitetura, de urbanização o que contribui para
266 orçamento e execução inadequados e, por conseguinte, atraso na conclusão e entrega das
267 UHs; disse que a responsabilidade não é só do governo, mas de todos os entes envolvidos no
268 processo, e que a FNA já vem desenvolvendo ações, junto aos movimentos sociais, para
269 auxílio aos municípios de pequeno porte; e, por fim, conclamou ao CGFNHIS à reflexão de
270 como se pensar soluções para mitigar os problemas elencados, conforme os números
271 apresentados na apresentação do Relatório de Gestão. A **Sra. Alessandra Vieira**, em resposta
272 ao Conselheiro do MDS, informou que a assistência técnica que a Ação 10SJ trata diz respeito

273 à pós-ocupação, destina-se à reforma das UHs. A **Sra. Edymar Cintra**, MNLM, elogiou a
274 apresentação do Relatório de Gestão e corroborou com as falas anteriores. O **Sr. Donizete**
275 **Fernandes de Oliveira**, UNMP, também teceu comentários endossando as colocações
276 anteriores e sugeriu que o FNHIS poderia alocar recursos para subvencionar os municípios de
277 pequeno porte no que concerne à capacitação e assistência técnicas. A **Sra. Joana Dias**
278 **Tanuri**, MMA, também registrou sua primeira participação no Conselho e complementou o
279 discurso da Conselheira Nerivalda, MMA. Disse considerar importante se ‘repensar os
280 elementos norteadores do planejamento ambiental’ quando da elaboração dos projetos de HIS,
281 de modo a renaturalizar as cidades a um contexto ambiental adverso para integrar os serviços
282 ecossistêmicos ao espaço; “há que se pensar em microdrenagem, sombreamento das cidades”,
283 consignou. A seguir, foi cedida a palavra ao **Sr. Edson Leite** para dar continuação a
284 apresentação do Relatório de Gestão – página 21: **Gráfico evolutivo das Adesões ao SNHIS,**
285 **da conclusão dos PLHIS e da Regularidade plena da documentação em relação ao**
286 **SNHIS (%):** (i) adesão dos municípios ao SNHIS, 97,61%; (iv) planos, 52,79%; (v)
287 regularidade, 22,175 – defasagem devido ao descumprimento de prazo de entrega de
288 documentação por parte dos municípios, em cumprimento à Lei nº Lei nº 11.124/2005.
289 Evolução do atendimento das Exigências em relação à adesão: (i) Lei/criação do Fundo
290 Municipal, 87,5%; (ii) Lei/criação do Conselho, 99,9% – o PMCMV exige que o Conselho
291 aprove os empreendimentos; (iii) Plano Habitacional de Interesse Social (PLHIS), 45,4%.
292 Desempenho Operacional – SNHIS: (i) meta desejável é 100% de adesão entre os entes
293 federados; (ii) 97,61% de adesão dos entes federados – apesar de a adesão ser optativa; (iii)
294 em 2015 foram publicados no DOU Termos de adesão de apenas dois municípios; (iv) a
295 maioria dos municípios fizeram sua adesão no período de 2006 a 2008; (v) redução da
296 intensidade da adesão nos últimos anos advém da densidade verificada (próxima dos 100%) e
297 do desestímulo percebido pelos municípios em relação ao SNHIS, com a concentração dos
298 recursos no PMCMV; (vi) a regularidade completa em relação ao SNHIS sofre ainda em
299 virtude da retração de oferta de recursos do FNHIS. Evolução da elaboração dos PLHIS sob a
300 forma completa com recursos do FNHIS e sob a forma simplificada, com apoio técnico da
301 SNH (2012-2015): (i) forma completa, 88,75%; (ii) forma simplificada, 36,74%. O **Sr.**
302 **Nelson Teixeira** pediu um aparte para contextualizar, aos novos conselheiros, o balanço do
303 Relatório de Gestão, ora em apresentação. Esclareceu que a Lei nº 11.124/2005 – que institui
304 o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
305 (FNHIS) – em seu artigo 12, propõe que os entes federados adotem o mesmo desenho
306 institucional e orçamentário do Governo Federal e criem o Fundo – Estadual ou Municipal –
307 de Habitação de Interesse Social para o recebimento das dotações a eles destinadas para HIS;

308 e que institua um conselho gestor, aos moldes do CGFHNIS, responsável pela elaboração do
309 Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Ressaltou o alto percentual de adesão
310 dos municípios ao SNHIS, apesar de ser optativa, porém, em contrapartida, há o
311 descumprimento da lei federal no que se refere à inobservância de ¼ dos assentos reservados
312 aos movimentos populares, que alguns conselhos existem apenas formalmente, no papel – o
313 que dificulta a celeridade e conclusão dos processos. O **Sr. Edson Leite**, continuando, disse
314 que a Centralizadora dos Fundos Sociais (CEFUS) vem mantendo permanente diálogo com as
315 Secretarias Estaduais de Habitação, com a Gerência Executiva de Habitação (Gihab) e
316 Gerência de Governo (Gigov) no sentido de auxiliar e estimular os municípios. A **Sra.**
317 **Alessandra Vieira**, por sua vez, também trouxe lua ao debate, disse que PLIS Simplificado
318 destina-se aos municípios de até 20.000 habitantes e, na segunda versão, para municípios com
319 até 50.000 habitantes; e que a Secretária Nacional de Habitação disponibiliza um sistema *on-*
320 *line* para auxiliá-los na adesão ao SNHIS e na elaboração do PLHIS. Foi cedida a palavra para
321 a **Sra. Monique Salgado**, para detalhamento da questão da capacitação, página 12 do
322 Relatório, que havendo se apresentado como representante do Departamento de
323 Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica (DICT), fez um resumo das
324 “capacitações em andamento e das previstas para 2016”, a saber: em 2015 teve continuação a
325 pós-graduação em Economia e Gestão da Sustentabilidade que teve ênfase em Habitação de
326 Interesse Social (HIS). Essa pós-graduação foi uma parceria que a gente estabeleceu com a
327 Universidade Federal do Rio de Janeiro – eles apresentaram uma proposta para a gente; a
328 gente ofereceu para entes públicos do Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio, porque
329 como é um curso presencial, tem que ter a disponibilidade de frequentar. Era sexta à noite e
330 sábado pela manhã; a gente ofereceu para oitenta servidores públicos que trabalham tanto em
331 obras do PAC, de urbanização como no Minha Casa Minha Vida; a Secretaria Nacional de
332 Habitação – aqui a título de informe dos diálogos setoriais com a União Europeia, cujo tema é
333 a nova agenda urbana pós-2015 e a sua interlocução com as políticas nacionais de
334 desenvolvimento urbano e cidades sustentáveis; no final do ano, nós conseguimos aprovar
335 uma nova parceira com a Federal Fluminense, cujo objeto é a atualização dos estudos sobre a
336 projeção da demanda futura por moradias no Brasil, que isso vai servir de base para a gente
337 atualizar o Plano Nacional de Habitação, além também de ajudar a subsidiar a Política
338 Nacional de Habitação e as novas contratações de empreendimentos; foi disponibilizado, no
339 Portal Capacidades do Ministério das Cidades, a segunda edição do curso sobre Trabalho
340 Social em Habitação de Interesse Social – esse curso, a gente desenvolveu com a Federal de
341 Santa Catarina e quando a gente replicou aqui na modalidade autoinstrucional, nós tivemos a
342 participação de 1.420 alunos. Agora a gente está revendo o conteúdo para ver se a gente

343 replica ele esse ano, de novo, devido à grande procura; no âmbito ainda das cooperações
344 técnicas, nós finalizamos a parceria entre a Secretaria Nacional de Habitação e o CNPq, onde
345 foram desenvolvidas 38 pesquisas cujos temas foram em trabalhos social, PAC, urbanização e
346 Minha Casa Minha Vida. Essas pesquisas agora a gente vai disponibilizar, a gente está
347 compilando. O Sr. **Edson Leite** acrescentou: (i) o convênio é um tema de cooperação entre a
348 SNH e o CNPq, no sentido de desenvolver pesquisas e simular inclusive a pesquisa em rede,
349 para se ter um quadro geral dos problemas e das possibilidades; (ii) um quadro geral da
350 execução dos programas habitacionais; de uma forma geral, SNHIS, mas principalmente aqui
351 no Minha Casa Minha Vida, PAC, urbanização de favelas e trabalho social, o enfoque – na
352 época, foi feita uma chamada pública, nos moldes do CNPq; foram apresentados 161 projetos,
353 dos quais foram escolhidas 38 pesquisas que foram finalizadas; (iii) teve três seminários,
354 regulares; iria ter um quarto, mas que, por motivo orçamentário, acabou; o quarto era
355 optativo, não era obrigatório, não estava no plano de trabalho, mas por motivos orçamentários
356 então não foi realizado, mas foi apresentado também para os membros do Conselho das
357 Cidades; (iii) alguns dos resultados das pesquisas, nesse caso custeado pelos próprios
358 pesquisadores. A Sra. **Monique Salgado** consignou: (i) o processo com o CNPq está em
359 finalização e aí vamos, no final, juntar todas as pesquisas e disponibilizar no *site*, aí depois a
360 gente pode até mandar um *e-mail* para os conselheiros, mandando o *link*; (ii) o curso de pós-
361 graduação foi finalizado em janeiro de 2016. Todos os participantes apresentaram as
362 monografias; vai ter uma cerimônia de encerramento agora no dia 28 de março. E aí nós
363 vamos avaliar o curso e buscar estratégias para replicar em outros locais, mas isso a CNH não,
364 a gente não tem estrutura, a gente depende de parceiros, mas para isso a gente precisa fazer
365 uma avaliação até para procurar aí novas universidades para ver a viabilidade de replicar o
366 curso que ele teve bastante aceitação. Mas a gente vai fazer uma avaliação mais global das
367 matérias, disciplinas, professores, a própria percepção dos alunos e do retorno; (iii) um
368 detalhamento do trabalho que está em desenvolvimento com a Federal Fluminense, que eu
369 falei ali atrás que é o desenvolvimento de estudos, de atualização do cálculo da demanda
370 futura, por moradias no Brasil para diferentes níveis territoriais; (iv) aqui está bem detalhado
371 os Objetivos Específicos e os novos produtos do Termo de Execução Descentralizada – aqui a
372 gente colocou, como depois é disponibilizado e não está no Relatório de Gestão, mas caso
373 alguém tenha interesse, têm os produtos que serão entregues e o cronograma previsto da
374 entrega dos produtos; (v) o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), há um cronograma – fez-
375 se a contratação em dezembro de 2014, mas aí, devido a uma mudança na fonte orçamentária
376 do FNHIS em 2015, teve que fazer vários termos aditivos para ajustar a parte burocrática
377 mesmo; praticamente começamos o trabalho agora, em dezembro de 2015; (vi) o curso da

378 contratação com a UFSC, que é para fazer um ensino a distância, para capacitação dos agentes
379 executores das ações de provisão habitacional de interesse social, urbano e rural, por meio de
380 entidades organizadoras; (vii) aqui é praticamente trabalhar com as entidades que estão
381 atuando no Minha Casa Minha Vida; tanto urbano quanto rural; (viii) a previsão do início do
382 curso é agora no segundo semestre de 2016; nós já estamos construindo as aulas, em conjunto
383 com os professores; a duração é de 120 horas, três meses e vai ser na modalidade a distância
384 (EaD); (ix) a oferta de vagas – a gente a princípio vai ser apenas para entidades urbanas e
385 rurais, com contratos ativos em fase de habilitação. A gente exige uma escolaridade mínima
386 de Ensino Fundamental completo; vínculo formal do participante com a entidade. Aí os
387 grupos, as entidades urbanas, rurais; as instituições financeiras e governamentais, incluso os
388 conselheiros do CTH e do CGFNHIS e os multiplicadores, que seriam as empresas de
389 assistência técnica. Essa versão que a gente está construindo agora, a quantidade de vagas é de
390 3.000 vagas, mas aí existe a possibilidade de, no próximo ano, a gente disponibilizar esse
391 curso na modalidade autoinstitucional pelo Portal Capacidades; (x) em 2015, na parte de
392 sustentabilidade, nós demos continuidade aos protótipos, aos projetos dos protótipos do
393 Minha Casa + Sustentável na cidade do Rio de Janeiro e Lauro de Freitas, que a diretora Júnia
394 expôs bastante aqui na última reunião; aí eu só estou aqui dando um enfoque porque ele já
395 está em processo de finalização. O FRJ teve um pequeno problema burocrático, mas a
396 previsão de termino é agora em abril de 2016; (xi) Também desenvolvendo novas parcerias
397 com a UFRJ para um caderno com parâmetros urbanísticos, cujo objetivo é desenvolver
398 estudos que possam melhorar a inserção urbana dos empreendimentos de habitação de
399 interesse social; (xii) em 2015, nós formamos novas cooperações técnicas; todas elas visam
400 aprimorar a efetividade da produção de habitação de interesse social e de urbanização de
401 assentamentos precários – o fiscal eu já tinha falado, que é EAD Entidades; (xiii) tem uma
402 nova parceria com a Universidade Federal do ABC, que está desenvolvendo o mapeamento
403 que vai ajudar os gestores locais a fazer inserção dos empreendimentos que contrata com
404 recursos da SNH tanto não só desde uma visão urbanística, como ambiental também. A
405 Universidade Federal de São Carlos é a continuidade do projeto Minha Casa + Sustentável,
406 que é desenvolver princípios e projetos mais sustentáveis e apropriados para a melhoria dos
407 projetos das habitações resultantes. Esse protótipo vai ser desenvolvido na cidade de São
408 Paulo, com apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo. A Universidade Federal de Santa
409 Catarina e EeD Entidades que eu acabei de falar sobre ele. E finaliza colocando-se à
410 disposição para os questionamentos. O Sr. **José Ailton Ferreira Pacheco**, FNE, consignou:
411 *“Eu também tenho um sonho. E esse sonho que nós temos, da Federação Nacional de*
412 *Engenheiros, é que o projeto de Lei que está tramitando no Congresso, ele seja aprovado.*

413 *Chama-se o cargo de carreira. Todas as prefeituras que estiverem acima de 50.000*
414 *habitantes, elas vão ter que ter, necessariamente, no seu quadro técnico, a figura do*
415 *engenheiro e do arquiteto e do agrônomo, na modalidade de Engenharia, de Agronomia e*
416 *Arquitetura”. A Sra. Andrea Santos, FNA, voltou ao tema assistência e capacitação técnica,*
417 *e acrescentou: “E as capacitações, em que nível a gente vai atender esses municípios*
418 *pequenos? Eu acho que a gente tem que fortalecer e talvez esse momento que a gente não tem*
419 *dinheiro para muita coisa, a gente possa pensar em como a gente trabalhar isso”. A Sra.*
420 **Alessandra Vieira** disse que o MCTI pactua com a preocupação em relação aos parâmetros
421 urbanísticos de empreendimentos que saem na ponta – *“tanto que nós estamos fazendo para a*
422 *terceira fase do Minha Casa Minha Vida, uma coisa que nós não deveríamos fazer com a*
423 *União, que esse é um papel dos municípios, estamos parametrizando, colocando nas*
424 *especificações parâmetros urbanísticos de tamanho de rua, de tamanho de calçada. A*
425 *política da União nunca foi essa, porque não é nem assim que está constitucionalmente*
426 *definido”. O Sr. Donizete Fernandes de Oliveira, UNMP, também corroborou com o debate*
427 *‘capacitação e assistência técnicas’. A Sra. Monique Salgado, disse que, em relação ao*
428 *‘desenvolvimento do trabalho’, a universidade será parceira, mas quem vai dar aula e vai*
429 *construir o programa são pessoas ligadas ao movimento. O Sr. Donizete Fernandes de*
430 **Oliveira, UNMP, corroborou com as falas das conselheiras do MMA e acrescentou: “o**
431 *movimento só discute Meio Ambiente, mas nós também não queremos discutir a Agenda*
432 *Verde, não no sistema do capitalismo”. O Sr. Nelson Teixeira solicitou ao Sr. Donizete,*
433 *UNMP, que fizesse um encaminhamento, pois o tema 3ª Etapa do PMCMV, apesar de ser de*
434 *interesse de todos, foge ao assunto do Voto, ora em discussão. A Sra. Socorro Leite,*
435 **HABITAT, registrou um questionamento: “do ponto de vista do acompanhamento dessas**
436 *exigências que a Lei do SNHIS traz, se existe ou se já se pensou, até com a ajuda dos estados,*
437 *em um acompanhamento mais qualitativo, porque a gente vê esses números e a gente sabe*
438 *que, enfim, isso é papel”. A Sra. Alessandra Vieira observou que o SNHIS não se resume*
439 *apenas no FNHIS. “O sistema é o sistema. A adesão ao SNHIS, formalmente falando, é*
440 *condicionante somente para contratação no FNHIS, porém, o Sistema de Habitação com*
441 *todos os seus recursos, há uma questão importante em relação aos conselhos, da oxigenação,*
442 *quando da obrigação dos critérios do PMCMV, e da aprovação dos empreendimentos de*
443 *grande porte serem aprovados e serem discutidos nos conselhos”. Sr. Edson Leite concluiu*
444 *dizendo que é uma preocupação do DICT MCidades/SNH e que o problema se esbarra na*
445 *questão da autonomia dos entes federados, por haver um controle, um acompanhamento*
446 *maior com relação aos municípios que receberam aportes do FNHIS para HIS. O Sr. Nelson*
447 **Teixeira** corroborou dizendo que *“o acompanhamento se prejudica é pelo fato que nós*

448 *estávamos selecionando as operações. Porque se você selecionava, quer dizer, o exemplo vem*
449 *de cima, quer dizer, se hoje não selecionamos as operações, eu não tenho, eu perco contato*
450 *com esse aparato institucional que foi criado. Então não tenho, por exemplo, como fazer*
451 *digamos, uma espécie de recall, alguma coisa de, uma aproximação para verificar se a lei*
452 *que está no papel está vindo um efetivo funcionamento, porque também isso, também está*
453 *derivada a nossa própria insuficiência da nossa própria perda de contato com a ponta, que*
454 *você não está colocando novas seleções na rua; uma deficiência também da área federal”.* O
455 **Sr. Roberto Marinho Alves da Silva**, MTPS, parabenizou a equipe pela apresentação do
456 Relatório e se declarou favorável à aprovação do Voto, ora em discussão. Registrou sua
457 preocupação, enquanto gestor do FGTS, com relação à moradia, ao pós-ocupação no que
458 concerne à convivência das famílias, ao bem-estar social, e se colocou à disposição como
459 Ministério do Trabalho para possíveis contribuições. O **Sr. Nelson** agradeceu as contribuições
460 de todos, disse que encaminharia aos *e-mails* dos conselheiros o *PowerPoint* da apresentação
461 do Relatório de Gestão, e não havendo mais intervenções, submeteu em regime de votação o
462 Voto nº 01/SNH/MCidades, que submete à apreciação do Conselho Gestor as contas do
463 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), referentes ao exercício de 2015,
464 na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União, que foi
465 APROVADO por unanimidade do Conselho. Feito isto, passou-se ao ITEM II da pauta –
466 Assuntos Gerais. Em não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Sr. Nelson Teixeira**
467 **da Silva**, na qualidade de Secretário da Assembleia, agradeceu a participação de todos e deu
468 por encerrada a 30ª Reunião Ordinária do CGFNHIS, às 17h22 (dezessete horas e vinte e dois
469 minutos).

470 Brasília, 17 de março de 2016.

471 **Nelson Teixeira da Silva**

472 Secretário

473